



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

XII Legislatura – 1ª Sessão

GT – Currículos dos Ensinos Básico e Secundário

Relatório da Audição Parlamentar

Reorganização Curricular

(18 Janeiro 2012)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

ÍNDICE:

Entidades	3
Presenças	3
Constituição da Mesa	3
Assunto	3
Exposição	3
Pontos positivos	4
Pontos negativos	5
Anexo	Link para a transcrição da Audição



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Entidades

O Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, Deputado José Ribeiro e Castro, convidou, por via eletrónica, [toda a comunidade](#), direta ou indiretamente ligada ao ensino, a participar na Audição Parlamentar.

Presenças

Depois de, no endereço disponibilizado para o efeito, terem sido registadas [186 inscrições](#), estiveram presentes, no dia 18, entre as 9h30 e as 13h20, na Sala do Senado, cerca de 200 pessoas.

Constituição da Mesa

Presidente da Comissão Educação, Ciência e Cultura, Deputado José Ribeiro e Castro, e os Deputados do Grupo de Trabalho dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário: Maria José Castelo Branco (Coordenadora), Ester Vargas (PSD), Acácio Pinto (PS), Michael Seufert (CDS – PP), Miguel Tiago (PCP), Ana Drago (BE) e Heloísa Apolónia (PEV).

Assunto

Proposta de Revisão da Estrutura Curricular, apresentada pelo MEC em 12 de Dezembro de 2011.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Exposição

O Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura abriu a sessão, saudando os presentes e referindo que se iria ausentar por obrigações de agenda. Os trabalhos foram conduzidos a partir desse momento pela Coordenadora do Grupo de Trabalho, Maria José Castelo Branco, que solicitou aos presentes que se inscrevessem para intervir no debate. Seguindo a [ordem de inscrição](#), todos puderam, cingindo-se às restrições de tempo impostas pelo elevado número de inscrições, apresentar a sua visão relativamente à Proposta de Revisão da Estrutura Curricular dos Ensinos Básico e Secundário.

Na lista de participantes registou-se uma larga dominância de professores de EVT e associações da mesma área de ensino.

Entre os diversos depoimentos apresentados (cfr. [lista de inscrição/intervenção](#)), elencando aspetos positivos e negativos da proposta em debate, destacam-se alguns:

Pontos positivos

- Reforço da posição do Aluno como cerne do Sistema Educativo (Nº de ordem da intervenção: 1, 26, 38, 43);
- Alargamento da carga horária de História e Geografia (Nº de ordem da intervenção: 6,7);
- Intenção de atualizar os conteúdos e competências curriculares (Nº de ordem da intervenção: 1, 20, 28);
- Aumento do tempo de apoio ao estudo (Nº de ordem da intervenção: 10,13);
- Maior destaque aos conhecimentos efetivos dos alunos (Nº de ordem da intervenção: 26);
- Redução da dispersão curricular (Nº de ordem da intervenção: 11, 13, 26);
- Maior número de momentos de avaliação externa, por exemplo no 2º ciclo (Nº de ordem da intervenção: 1, 26);



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

-
- A Formação Cívica encarada como tema transversal (Nº de ordem da intervenção: 1);
 - Combate aos “falsos diplomas” (Nº de ordem da intervenção: 1);
 - Inclusão das TIC no 2º ciclo (Nº de ordem da intervenção: 31, 36, 37);
 - Aumento da carga horária das ciências no 3º ciclo (Nº de ordem da intervenção: 21, 28).

Pontos negativos

- Extinção da disciplina de Formação Cívica (Nº de ordem da intervenção: 33, 34);
- Fim do “par pedagógico” (Nº de ordem da intervenção: 3, 17, 18, 33, 34, 42);
- Eventual aumento do número de professores no desemprego (Nº de ordem da intervenção: 4, 14, 25, 29, 41);
- Divisão da disciplina de EVT em Educação Visual e Educação Tecnológica (Nº de ordem da intervenção: 15, 16, 17, 18);
- Inclusão de uma só disciplina de opção no 12º ano (Nº de ordem da intervenção: 7, 8, 21, 37);
- Falta de definição do modelo de apoio ao estudo a contemplar (Nº de ordem da intervenção: 5, 21);
- Não referência a alunos com Necessidades Educativas Especiais (Nº de ordem da intervenção: 5, 29, 20);
- Revisão estrutural antecipar a definição de metas de aprendizagem (Nº de ordem da intervenção: 2, 10, 20);
- Frequência do apoio ao estudo com carácter facultativo (Nº de ordem da intervenção: 5, 13);
- Inexistência de TIC no 3º ciclo (Nº de ordem da intervenção: 3, 31, 36);
- Fim do desdobramento de CN no 2º ciclo (Nº de ordem da intervenção: 3, 21, 36);
- Manutenção de tempos letivos de 45 minutos (Nº de ordem da intervenção: 28);



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

-
- Falta de referência à situação de alunos com língua materna diversa do português (Nº de ordem da intervenção: 39);
 - Inexistência de um período para trabalho do diretor de turma com os alunos (Nº de ordem da intervenção: 11, 22, 28, 21);
 - Prazo para discussão (Nº de ordem da intervenção: 2, 24, 41).

Depois das intervenções dos participantes inscritos, foi dada a palavra a cada um dos elementos da Mesa para que, de forma sintética, dessem conta das posições dos respetivos grupos parlamentares acerca da Proposta de Revisão da Estrutura Curricular em discussão.

Informação mais detalhada sobre o decorrer da Audição, as gravações, a transcrição da mesma e os contributos recebidos, poderá ser consultada na [página da Comissão](#).

No final, o relatório, depois de aprovado na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, será enviado para o Ministério da Educação e Ciência com a documentação pertinente.

Assembleia da República, 31 de janeiro de 2012

Maria José Castelo Branco, Ester Vargas, Acácio Pinto, Inês Teotónio Pereira, Rita Rato e Ana Drago.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

ANEXO

A transcrição da audição está disponível na [página da Comissão](#).